

DO SENADOR DALÍRIO BEBER (PSDB – SC)

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

A sucessão de fatos destes últimos meses, todos muitos negativos para sociedade brasileira, nos remetem ao jargão dito reiteradas vezes por personagens de destaque da política nacional dos últimos anos.

Pois bem: “Nunca antes na história do país” se constatou tanto desacerto na condução da política econômica, atestando a incapacidade de gestão do governo.

Os desacertos hoje constatados são consequência de medidas mal concebidas ao longo destes últimos treze anos, bem como a falta de determinação de adotar medidas que pudessem assegurar a continuidade sólida do desenvolvimento do país.

As questões de hoje não são conjunturais, se agravaram enormemente por falta de visão e de ações estruturantes, pois não era difícil de antever que o período de bonança teria fim, e um governo previdente toma medidas com antecipação, até porque, o governo dispõe de todas as informações e projeções relativas à evolução da economia da nação.

A falta de atitude do governo destes últimos anos, levou o Brasil a esse estado de coisas, que todos os brasileiros passaram a conhecer mais claramente neste ano de 2015.

Aliado as más notícias de todos os dias, o atual governo federal é o mais impopular da história da democracia. Uma crise política sem precedentes, causada, principalmente, pela falta de credibilidade, condição indispensável para que qualquer autoridade possa liderar o processo necessário à superação dos problemas enfrentados.

A popularidade pode oscilar ocasionalmente pela necessidade da adoção de determinadas providências que podem impactar segmentos da sociedade, no entanto, a credibilidade é de difícil recuperação.

A queda de credibilidade do Governo Federal tomou conta dos brasileiros que se sentem enganados, pois todas as afirmações que emanaram da Presidente da República, há poucos meses, são olímpicamente dribladas. O Governo faz exatamente o contrário do que disse ao povo brasileiro. Por isso, o descontentamento dos brasileiros está registrado nas pesquisas, que têm aferido o sentimento da sociedade, apresentando índices de desaprovação nunca antes vistos na história deste Brasil.

A taxa de desemprego ficou em 8,6% nos três meses até julho, segundo dados divulgados nesta terça-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**).

É a maior taxa da série histórica do indicador, que tem início em 2012. Nos três meses anteriores, o desemprego havia ficado em 8%. Já no mesmo período de 2014, a taxa era de 6,9%.

O IBGE estimou em cerca de 8,6 milhões o número de pessoas desocupadas no trimestre encerrado em julho. Três meses antes, eram 8 milhões, o que aponta para uma alta de 593 mil pessoas (ou 7,4%) nesse contingente.

No confronto com os meses de maio a julho de 2014, o número de desocupados cresceu em 1,8 milhão, estima o IBGE – uma alta de 26,6%.

O mercado continua dispensando pessoas, a perder carteira de trabalho assinada. A perda de carteira de trabalho significa perda da estabilidade, perda da dignidade de milhões de mantedores e mantedoras de famílias.

Na contramão de tentar frear essa queda, e de promover o desenvolvimento, o governo federal ataca o Sistema S.

Entre as medidas anunciadas pelo governo federal em 14 de setembro, está a apropriação de recursos das contribuições do setor privado ao sistema S. É um corte significativo no orçamento do SESI e do SENAI.

Atuando com sinergia, essas entidades comandadas, pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), falando do meu estado, estão voltadas à promoção de um ambiente favorável aos negócios, à qualidade de vida e educação dos trabalhadores das empresas de cada setor, bem como ao estímulo à inovação e ao emprego.

Essas instituições, principalmente em Santa Catarina, onde conheço e, por isso, tenho o dever de testemunhar a seriedade do trabalho desenvolvido pelas federações, têm uma história de sucesso a favor de trabalhadores e empresas. São um dos principais alicerces da competitividade industrial catarinense. O bem-sucedido modelo de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, com certeza se deve a conjugação de esforços e ações do setor público, do setor produtivo, dos trabalhadores, da estrutura de ensino em todos os seus níveis, e nesta é imperioso citar a atuação das federações que operam fortemente na preparação e qualificação da mão de obra que permite que as empresas se inovem e reinventem todos os dias, para estar sempre em condições de serem competitivas tanto no mercado interno, quando internacionalmente.

O resultado é devastador: menos oportunidade de ensino para jovens, menos qualificação para o trabalhador, menos benefícios para diversas comunidades.

É, mais uma vez, o Governo Federal, atacando justamente quem pode ajudar o país a voltar a crescer: as empresas e os trabalhadores.

Segundo a FIESC, a diminuição dos recursos repassados ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Social da Indústria (SESI), vai causar o fechamento de mais de 40 mil vagas em cursos profissionais e de educação básica, oferecidos pelo SESI e SENAI por ano em Santa Catarina.

Mais de 50 unidades das duas instituições fecharão as portas e elas terão de demitir cerca de 3,3 mil trabalhadores no Estado.

Em todo o País, mais de 300 escolas profissionais do SENAI vão fechar as portas. Outros 735 mil alunos vão deixar de estudar no ensino básico ou na educação de jovens e adultos oferecida pelo Sesi, que vai fechar cerca de 450 unidades escolares no Brasil. As duas instituições estimam ainda que terão de demitir cerca de 30 mil trabalhadores em todo o País.

A gravidade da crise exige ação e nós aqui nesta Casa, sabemos disso, muito bem! Precisamos de uma agenda que efetivamente apresente os rumos futuros da economia brasileira.

Porém, o que não entendemos é por que cortar recursos daquilo que está dando certo e que é um dos responsáveis pela competitividade do setor produtivo brasileiro?

O Governo Federal começou o ano de 2015 sob o lema: Brasil, Pátria Educadora.

Este lema, se levado a sério, não é compatível com os já significativos cortes promovidos no orçamento deste exercício, e, agora, com mais esta medida de confiscar os recursos históricos dessas instituições que tão bem fazem para a elevação dos níveis de ensino e que tanto significado tem no desenvolvimento do Brasil.

A recuperação da confiança da sociedade brasileira passa necessariamente pelo resgate da credibilidade do Governo Federal, e para isso é imperioso que as autoridades primem pela coerência entre seu discurso e sua prática.

Os brasileiros clamam por isso.

Portanto, manifestamo-nos frontalmente contrários a qualquer medida do Executivo, que venha retirar recursos que estão sendo muito bem aplicados por parte do Sistema S, sobretudo na capacitação e educação de trabalhadores, na educação de seus filhos, e em programas de saúde e segurança do trabalhador.

Santa Catarina quer a manutenção da totalidade dos recursos do Sistema S, pois estão, comprovadamente, sendo geridos, com seriedade, eficiência, com resultados eficazes para o povo barriga verde.

Por isso, conclamo a todos os parlamentares catarinenses a fazerem a defesa desta causa, bem como a todos os parlamentares brasileiros a também defenderem a manutenção dos recursos até então assegurados ao Sistema S, pois imagino que o bem que eles representam para Santa Catarina, também se reproduza nos demais estados brasileiros.